



**Membros de CPI  
querem apurar  
suposta fraude  
em licitação 4**

**Formação de  
milícia já é  
considerada  
crime 4**

**Conselho de  
Comunicação  
homenageia  
Hebe Camargo 4**

## MEC tenta evitar novas disciplinas escolares



Eduardo Braga, com o apoio do MEC, levou decisão final para o Plenário

Em articulação com o Ministério da Educação, Eduardo Braga conseguiu que projeto de lei que cria outras duas matérias obrigatórias nos colégios, em vez de ir agora para a Câmara, passe por mais uma votação no Senado

O Ministério da Educação reagiu à aprovação no Senado de um projeto que inclui mais duas disciplinas obrigatórias nas escolas. A proposta foi aprovada na Comissão de Educação e poderia ir diretamente para a Câmara dos Deputados. Com o apoio do MEC, porém, o

líder do governo no Senado, Eduardo Braga, apresentou requerimento que fez com que o texto agora precise da aprovação do Plenário antes de ser enviado para a Câmara. Segundo o ministério, a grade curricular já não comporta novas matérias. O projeto é de Sérgio Souza. 3



Sérgio Souza, autor da proposta que cria disciplinas de ética nas escolas

Edson Rodrigues/Secom-MT



## Representação Brasileira debate saídas para Parlasul

Próxima reunião dos representantes brasileiros no Parlamento do Mercosul (Parlasul) deve discutir o futuro do órgão. Impasse sobre a entrada da Venezuela no bloco após a suspensão do Paraguai preocupa. Parlamentares também analisarão projeto de isenção de IPI sobre máquinas agrícolas. 2

Colheita de milho em Mato Grosso: proposta do senador licenciado Acir Gurgacz estimula a compra de equipamentos agrícolas com isenção de imposto

## Insalubridade garante aposentadoria em até 15 anos

Está na pauta do Plenário projeto de Paulo Paim que regulamenta regime especial para trabalhadores que exercem atividades prejudiciais à saúde ou à integridade física. O texto agrega leis, decretos e portarias já existentes, facilitando a consulta. O grau de nocividade determina se o tempo de contribuição será de 25, 20 ou até 15 anos. 4



Trabalhadores da coleta de lixo em Porto Alegre estão entre os profissionais com direito a aposentadoria especial por insalubridade

Ricardo Giusti/PMPA



Parlamentares também vão examinar incentivo a setor agrícola

Edison Rodrigues/SECOM-MT

# Representação Brasileira debate futuro do Parlasul

Questões como a suspensão do Paraguai e a entrada da Venezuela no Mercosul podem estar na pauta da próxima reunião do grupo, que também deve debater isenção de IPI para equipamentos agrícolas

PROJETO DE ISENÇÃO de imposto na compra de equipamentos agrícolas está na pauta da próxima reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), prevista para daqui a duas semanas. Mas o próprio futuro do órgão legislativo também poderá ser debatido.

Os integrantes da representação só participaram de uma sessão do Parlasul, em dezembro do ano passado, em Montevidéu, no Uruguai, quando tomaram posse como parlamentares do bloco.

As sessões deveriam ter sido retomadas em março, com a posse dos novos integrantes da Representação Argentina. No entanto, não houve consenso entre a Câmara e o Senado daquele país sobre quantos membros de cada

Casa integrariam a representação, a ser composta por 26 parlamentares. E os argentinos não chegaram a tomar posse.

Em 2012, chegou a haver uma tentativa de realização de sessão do parlamento, depois da deposição do presidente paraguaio, Fernando Lugo — que levou à suspensão do Paraguai do Mercosul. Como os integrantes paraguaios, únicos eleitos diretamente para o Parlasul, insistiram em participar da sessão, ocorreu um impasse.

Além disso, sem que haja uma nova sessão, não podem tomar posse os parlamentares que vierem a ser indicados pela Venezuela, oficialmente incluída no Mercosul após a suspensão do Paraguai.

Quanto ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 35/10, que

está na pauta da Representação Brasileira, trata-se de uma proposta de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aquisição de equipamentos agrícolas.

O texto a ser analisado é um substitutivo elaborado pelo relator, deputado George Hilton (PRB-MG), à proposta do senador licenciado Acir Gurgacz (PDT-RO).

O presidente da representação, senador Roberto Requião (PMDB-PR), concedeu vista coletiva do substitutivo em 10 de julho, e o texto seria votado em reunião prevista para 7 de agosto. Como não houve quórum, a votação foi suspensa e deverá ser retomada no dia 16, durante a próxima semana de esforço concentrado do Congresso.

# Venezuela: indicações depois da eleição

Após o resultado das eleições presidenciais na Venezuela, marcadas para o próximo domingo, o Legislativo do país deverá indicar os representantes no Parlasul. Segundo cálculos extraoficiais, os venezuelanos passarão a ser representados, na atual fase de implantação do parlamento, por 22 integrantes, junto aos 18 do Uruguai, 26 da Argentina e 37 do Brasil.

Para que o Parlasul retome as atividades, terão de tomar

posse os novos integrantes das representações da Argentina e da Venezuela. Ainda não há, porém, certeza sobre quem presidirá essa sessão.

Quem preside o parlamento é Ignacio Unzain, indicado pelo Paraguai — país que está suspenso do Mercosul. Nos últimos meses, os argentinos têm indicado que não participarão de uma sessão na qual estejam os paraguaios. Já os venezuelanos representam um país cuja presença no

bloco não foi aprovada pelo Paraguai.

A solução para o impasse pode começar a ser desenhada durante viagem ao México do presidente da Representação Brasileira, Roberto Requião. De 18 a 20 de outubro, o senador participará do Fórum de Guadalajara, quando serão discutidos os efeitos da crise econômica global sobre a região. Ali estarão também parlamentares dos demais países do Mercosul.

# Requião questiona se Justiça paga IR sobre adicionais

Roberto Requião (PMDB-PR) questionou a decisão da Receita Federal de cobrar Imposto de Renda sobre a ajuda de custo paga aos senadores no início e no fim do ano. Ele pediu ao Ministério da Fazenda esclarecimento sobre a atitude da Receita em relação a membros do Judiciário, dos tribunais de contas e das assembleias legislativas e câmaras de vereadores. O requerimento de Requião (RQS 850/12) passará pela deliberação da Mesa do Senado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para o senador, as ajudas de custo têm natureza indenizatória e deveriam ser isentas de Imposto de Renda. Sobre seu questionamento em relação à cobrança em outras instituições, ele salientou

que isonomia fiscal é um princípio constitucional. No requerimento, Requião cita cargos como juízes federais e do Trabalho, além dos membros dos tribunais do Poder Judiciário, tanto na esfera federal quanto nos estados.

No início de agosto, a Receita notificou senadores e ex-senadores para que recolhessem IR sobre ajudas de custo recebidas entre 2007 e 2011. O Senado decidiu então arcar com o IR referente ao que já foi pago até o momento e recolher o tributo sobre os futuros pagamentos. Em maio o Senado aprovou o fim do pagamento anual dessas verbas aos parlamentares, e o projeto está sendo analisado na Câmara dos Deputados.

# Sessão especial homenageia classe dos administradores

Às 10h de segunda-feira, o Senado fará sessão especial em homenagem ao Dia do Administrador, celebrado em 9 de setembro. A iniciativa é de Cyro Miranda (PSDB-GO), administrador de empresas por formação.

De acordo com o Conselho Federal de Administração, existem atualmente no Brasil mais de 300 mil

administradores no mercado profissional. A escolha pelo dia 9 de setembro como data para homenagear a categoria se deve ao fato de, neste dia, no ano de 1965, ter sido assinada a Lei 4.769, que criou a profissão de administrador. A data comemorativa foi instituída três anos depois, em 1968, pela Resolução 65 do Conselho Federal de Administração.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



## PLENÁRIO: Discursos

14h Sessão não deliberativa.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz  
**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka  
**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena  
**Segundo-secretário:** João Ribeiro  
**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino  
**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira  
**Suplentes de secretário:** Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

## AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

**Rolleberg quer que ônibus transportem bicicleta como bagagem**

Waldemir Borreto/Agência Senado



Ciclistas que usam ônibus interestaduais para chegar a rotas ciclísticas muitas vezes são impedidos pelas empresas de despachar as bicicletas. Para resolver a situação, Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) apresentou um projeto de lei que permite o transporte de bicicletas desmontadas como bagagem.

A proposta está pronta para votação em decisão terminativa na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), onde recebeu voto favorável do relator, Cyro Miranda (PSDB-GO).

O relator modificou o texto original (PLS 113/11) para estabelecer os limites de peso (30 kg) e volume (350 dm<sup>3</sup>). Caso a carga exceda o peso, poderá haver a cobrança de taxa.

“Chegaram-nos relatos de ciclistas que não puderam viajar porque a empresa de ônibus recusou-se a enquadrar a bicicleta na franquia de bagagem”, explicou Rolleberg.

**Projeto eleva desconto no IR para patrocínio ou doação ao esporte**

Waldemir Borreto/Agência Senado



O projeto que eleva de 1% para 4% o limite de dedução do Imposto de Renda devido por

peessoa jurídica para recursos destinados ao patrocínio ou doação a projetos esportivos e paraesportivos está pronto para a pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A proposta (PLS 160/12), de Fernando Collor (PTB-AL), altera a Lei de Incentivo ao Esporte, que prevê a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas destinarem uma parcela do Imposto de Renda devido a projetos esportivos elaborados por entidades do setor e aprovados pelo Ministério do Esporte.

O senador lembra que o país sediará a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Para ele, a proposta criará condições para o aumento dos investimentos em esporte no país.

“Não é possível que voltemos nossos esforços apenas para a tarefa de concretizar a infraestrutura adequada para os eventos”, argumenta.



Assessoria de Comunicação/SENADO

Alunos de escola pública do Espírito Santo: MEC diz que certos temas, em vez de ganharem disciplina própria, podem ser incluídos em matérias já existentes

**MEC tenta evitar projetos que criam mais disciplinas escolares obrigatórias**

Em articulação com o governo, Eduardo Braga pediu que proposta de criação de duas matérias passasse por mais uma votação no Senado antes de ir para a Câmara; ministério argumenta, entre outros pontos, que grade curricular não comporta disciplinas extras

**CONTRÁRIO AO INCHAÇO** dos currículos escolares com novas disciplinas, o Ministério da Educação (MEC) articulou-se com o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), para evitar que fosse enviado imediatamente à Câmara dos Deputados o projeto de lei que insere duas novas matérias no ensino básico (Cidadania Moral e Ética, no ensino fundamental, e Ética Social e Política, no ensino médio).

Para atender o MEC, Braga apresentou um recurso solicitando que o PLS 2/12, de Sérgio Souza (PMDB-PR), seja analisado pelo Plenário antes de ser enviado à Câmara dos Deputados.

A análise pelo Plenário seria dispensável, já que a proposta foi aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), no mês passado. Agora, o envio do projeto à Câmara vai depender da aprovação

pelo Plenário.

Para o MEC, a aprovação do projeto não seria uma decisão acertada. Numa nota técnica enviada à liderança do governo, há o argumento de que os documentos orientadores dos currículos “não sugerem a criação ilimitada de disciplinas nem de conteúdos, mas que a escola oportunize condições para que temas socialmente relevantes sejam incluídos e tratados no desenvolvimento dos conteúdos escolares”.

**Temas extras**

Atualmente, os componentes curriculares obrigatórios, que são de abrangência nacional, estão estruturados em cinco áreas — Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.

Na avaliação do ministério, esses componentes já permitem a abordagem de temas que complementem



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Braga pediu que projeto também seja examinado pelo Plenário do Senado



Jonas Pereira/Agência Senado

Souza: novas disciplinas podem ser ministradas no contraturno das escolas

a formação dos alunos. A iniciativa pode ser das redes de ensino ou de cada escola individualmente.

Como exemplo, o MEC cita assuntos contemporâneos que afetam a vida em escala global, regional, local e individual. Destaca temas como saúde, sexualidade e gênero, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), e a preservação do meio ambiente, nos termos da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99), além de educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia.

**Tempo escasso**

A nota informa que são frequentes as iniciativas legislativas e as propostas vindas da sociedade com o objetivo

de incluir novas disciplinas e temáticas nos currículos escolares. Apesar da relevância das sugestões, o MEC considera que antes de novas inclusões é necessário debater e decidir “sobre o tempo e o espaço que a escola e seus professores vão dispor para organizar o desenvolvimento do trabalho a ser realizado”.

O ministério assinala que é difícil incluir a diversidade de componentes desejada diante de uma estrutura de horas de atendimento ao aluno que não mudou desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que rege a educação nacional. Conforme salientado, a LDB indica apenas um mínimo obrigatório de quatro horas de atividades diárias e um calendário de 200 dias letivos.

**Currículo nacional**

A seguir, as disciplinas que precisam fazer parte da grade curricular das escolas brasileiras:

ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
<p>▶ <b>Linguagens:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Língua Portuguesa • Língua Materna (para populações indígenas) • Língua Estrangeira Moderna</li> <li>• Arte • Educação Física</li> </ul>	<p>▶ <b>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Língua Portuguesa</li> <li>• Língua Estrangeira Moderna</li> <li>• Educação Física • Arte • Informática</li> </ul>
<p>▶ <b>Matemática</b></p>	<p>▶ <b>Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Biologia</li> <li>• Física • Química • Matemática</li> </ul>
<p>▶ <b>Ciências da Natureza</b></p>	<p>▶ <b>Ciências Humanas e suas Tecnologias:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• História • Geografia</li> <li>• Sociologia, Antropologia e Política • Filosofia</li> </ul>
<p>▶ <b>Ciências Humanas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• História • Geografia</li> </ul>	
<p>▶ <b>Ensino Religioso</b></p>	

Fonte: Resolução 7/10 (CNE) e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (MEC)

**Inclusão de novas matérias divide senadores**

Na Comissão de Educação, o projeto de Sérgio Souza foi aprovado após receber relatório favorável de Cristovam Buarque (PDT-DF). Para o relator, o texto faz frente “ao esvaziamento ético no Brasil”.

Ana Amélia (PP-RS) lembrou que o projeto foi colocado em votação poucos dias depois da realização de protestos de jovens em diversas cidades contra a corrupção, durante a celebração da

Independência.

Sérgio Souza, o autor, observou que as aulas da nova disciplina poderão ser dadas no turno contrário ao das aulas normais dos estudantes.

Lídice da Mata (PSB-BA),

no entanto, demonstrou preocupação com a criação de mais uma disciplina, sugerindo que os conteúdos relativos ao tema sejam incluídos nas matérias já existentes no currículo escolar.

Está pronta para votação no Plenário a regulamentação de aposentadoria em 25, 20 ou 15 anos de trabalho para profissionais que exercem atividades prejudiciais à saúde ou à integridade física

# Proposta regulamenta aposentadoria especial

TRABALHADORES QUE EXERCEM atividades prejudiciais à saúde poderão se aposentar com 25, 20 ou até 15 anos de trabalho. O projeto que garante a aposentadoria especial está pronto para ser votado no Plenário.

O PLS 233/03 — Complementar, de Paulo Paim (PT-RS), agrega diversas leis, decretos, portarias e ordens de serviço sobre o tema. O objetivo é facilitar o acesso de empregados e empregadores.

Para ter direito ao regime especial, o trabalhador deve ter feito pelo menos 180 contribuições mensais — equivalente a 15 anos — para o Regime Geral de Previdência Social. Tais contribuições têm como base alíquotas acrescidas de 12, 9 ou 6 pontos percentuais, conforme o grau de nocividade, o que lhe possibilita aposentar com 15, 20 ou 25 anos de contribuição, respectivamente.

O segurado precisa



Paim agregou leis, decretos e outras normais, para facilitar o acesso

comprovar ao INSS o tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e a efetiva exposição aos agentes nocivos químicos, biológicos ou associações de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. Isso será feito por formulário preenchido e acompanhando de laudo técnico-pericial.

O projeto inova por permitir que o laudo seja emitido não apenas por médico do trabalho ou engenheiro de

segurança do trabalho, mas também pelo Ministério do Trabalho ou pelas delegacias regionais do trabalho.

O projeto admite ainda, em caráter provisório, aposentadoria especial para trabalhadores que, mesmo não tendo o laudo, apresentem prova material — como anotações na carteira de trabalho — sobre a condição especial. A exigência do laudo existe desde novembro de 1996.

A proposta foi relatada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pelo senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), que acrescentou artigos prevendo a possibilidade de filiado a cooperativa de trabalho e de produção também recorrer ao benefício. A emenda de Crivella dispõe ainda que caberá ao Poder Executivo determinar a relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física.



Atividades como as de fábricas de asfalto em Brasília estão incluídas no projeto de lei

## Formação de milícia agora é crime

A lei que tipifica como crime a formação de milícia (Lei 12.720/12) foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff. O texto foi publicado na edição de sexta-feira do *Diário Oficial da União*.

O texto, aprovado pelo Congresso Nacional, prevê de 4 a 8 anos de prisão para quem constituir, integrar ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar crimes.

O projeto que originou a lei é do deputado Luiz Couto (PT-PB) e foi aprovado pela Câmara no mês passado. No Senado, havia sido aprovado em 2009.

## Projeto define prisão de até 30 anos para terrorismo



Waldemir Barreto/Agência Senado

Além de estar prevista no projeto do novo Código Penal (PLS 236/12), a tipificação do crime de terrorismo é proposta em projeto apresentado no ano passado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Pelo texto (PLS 762/11), poderá pegar até 30 anos de prisão quem provocar terror generalizado com ofensa à integridade física ou privação da liberdade de pessoa, por motivo ideológico, religioso, político, racial, étnico, homofóbico ou xenofóbico. A matéria aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e tem parecer favorável de Aécio Neves (PSDB-MG).

## Plenário decidirá sobre criação de grupo de juristas

O presidente do Senado, José Sarney, propôs a criação de uma comissão de juristas para atualizar a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84). Se o requerimento for aprovado pelo Plenário, a Presidência do Senado indicará 11 especialistas para a comissão.

Caso siga os passos de comissões similares já criadas pelo Senado, a comissão debaterá as possíveis alterações na lei levando em conta os projetos que tramitam no Senado.

Pelo menos 12 matérias relacionadas à questão da execução penal, de autoria de senadores e ex-senadores, tramitam em comissões permanentes.

## Conselho de Comunicação presta homenagem a Hebe

Com uma salva de palmas, os integrantes do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional homenagearam segunda-feira a apresentadora de televisão Hebe Camargo, que morreu sábado em São Paulo, aos 83 anos, vítima de parada cardíaca. Ela sofria de câncer

no peritônio desde 2010. O enterro, no domingo, reuniu mais de 1.500 pessoas.

A homenagem foi requerida pelo conselheiro Roberto Franco, que lembrou o pioneirismo da apresentadora:

— Era uma pessoa que esteve presente na TV brasileira desde o primeiro dia de sua transmissão, em 1950 — observou Roberto Franco.

Na reunião, o Conselho de Comunicação, presidido por Dom Orani João Tempesta, formou três comissões para analisar a legislação referente à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), à Agência Nacional do Cinema (Ancine) e à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).



Dom Orani/Agência Senado

Dom Orani preside o conselho, órgão consultivo do Congresso Nacional

## CPI poderá investigar suspeita de fraude em licitações da Delta

Dois requerimentos apresentados por integrantes da CPI do Cachoeira pedem a convocação do presidente da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor), José Alberto Pereira Ribeiro. De acordo com reportagem da *Folha de S.Paulo*, a Delta Construções, envolvida com a organização investigada pela CPI, repassava à associação uma porcentagem dos valores que recebia em contratos públicos.

Também foram protocolados 16 requerimentos do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) para quebra de sigilo bancário de empresas que teriam recebido dinheiro da Delta.

Os pedidos sobre a Aneor são dos deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e Carlos Sampaio (PSDB-SP). Para Bueno, a CPI tem de investigar as denúncias, que apontam



Alvaro Dias/Agência Senado

Alvaro Dias quer saber mais sobre pagamentos feitos pela empresa

para fraude em licitação por meio de combinação entre as empresas. O parlamentar afirmou que, caso a “caixinha” seja aberta, a comissão vai encontrar mais empreiteiras envolvidas.

Outro requerimento de Sampaio pede a convocação do engenheiro Martiniano Cavalcante, que teria recebido dinheiro da Adécio & Rafael, empresa apontada como laranja do grupo de Cachoeira. Já são 503 os novos pedidos a serem apreciados pela CPI.

## Comissão votará empréstimo de US\$ 700 milhões para a Bahia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá votar no dia 16 a mensagem da Presidência da República que autoriza a operação de crédito externo entre o governo da Bahia e o Banco Mundial no valor de US\$ 700 milhões, com aval da União.

Os recursos vão financiar parte o Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia (Proinclusão).

A mensagem presidencial foi publicada na edição de anteontem do *Diário Oficial da União*. A votação do empréstimo foi negociada entre

o senador Walter Pinheiro (PT-BA) e o presidente da CAE, senador Delcídio do Amaral (PT-MS).

— Com esse crédito, estão garantidos vários investimentos na Bahia em diversas áreas de infraestrutura, como pavimentação e estradas — afirmou Pinheiro.

O senador explicou que o Proinclusão destina-se à consolidação de ações estruturantes voltadas à inclusão social, produtiva e institucional, com vistas ao crescimento sustentável e ao fortalecimento do planejamento e da gestão no setor público.